

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25794627/2025 - SAP.ARC.AUN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Trata-se de processo para contratação de empresa especializada em topografia e sondagem, por sistema de registro de preços.

1.1.1 Os serviços correspondem às etapas iniciais necessárias para avaliar a viabilidade da elaboração de um projeto executivo. Sem esses serviços, a Administração estaria impossibilitada de iniciar ou dar continuidade a obras essenciais, o que comprometeria o atendimento às demandas da população e os prazos estabelecidos no planejamento estratégico da Administração.

1.2 O atendimento da necessidade é crucial para o desenvolvimento das atividades da Administração, especialmente no cumprimento de metas em obras de infraestrutura e ampliação dos serviços públicos essenciais. Essas obras são fundamentais pois contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e para a geração de empregos.

1.3 A contratação permitirá o atendimento da demanda contínua da Administração, garantindo a continuidade dos serviços ofertados aos servidores e munícipes, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e um atendimento de maior qualidade ao público, além de reduzir riscos e otimizar projetos que a Administração for realizar ou está realizando.

1.4 A contratação desses serviços além de garantir melhores condições aos cidadãos, irá reduzir riscos e impactos ambientais, garantindo a qualidade das infraestruturas, bem como a criação de novos espaços públicos.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 A Lei não impõe a elaboração do Plano de Contratações Anual, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

2.2 Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), ou seja o mesmo fora relativizado a partir do ano de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)

2.3 Não obstante, o Planejamento Anual de Contratações Unificadas pode ser consultado no SEI 0015338982, o que demonstra que a contratação faz parte das ações da Unidade e das requisitantes para a continuidade das atividades da Administração.

2.4 A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) Substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após notificada, os serviços que apresentarem defeitos/vícios, ocultos ou não, e/ou que se tornarem impróprios para uso a que são destinados, e/ou, que não correspondam com as especificações do Memorial Descritivo, sem ônus para CONTRATANTE;

b) As despesas decorrentes da execução do serviço correrão por conta da CONTRATADA;

c) Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela execução dos serviços;

d) Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, INMETRO, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;

e) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;

f) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

g) Arcar com o uso de ferramentas e equipamentos necessários para a execução do serviço, sem ônus para a CONTRATANTE, bem como, quando for o caso, com a remoção de item existente.;

h) Para a contratação, serão propostos padrões mínimos de qualidade de prazos de entrega e correções dos serviços, com sanções para o contratado, com vistas a evitar sucessivas adequações e faltas de entregas nos prazos propostos, tal como ocorre atualmente nos contratos firmados, que por vezes são necessários várias correções, gerando retrabalho da equipe de fiscalização, bem como, com atrasos que impactam diretamente no planejamento da Administração.

3.2 Considerando o objeto da contratação, deverá ser apresentado o registro em conselho competente, pelo que entende-se que a comprovação é adequada para aferir a capacidade técnica profissional e operacional do proponente. Uma vez registrado em Conselho competente, o Contratado comprova que possui aptidão para a prestação dos serviços.

3.3 Do enquadramento da contratação como serviço comum de engenharia. A contratação tem como escopo a topografia e sondagem. Como é sabido, os documentos são elaborados em condições padronizadas, com atendimento de normas técnicas e boas práticas, por profissional habilitado, de forma que os produtos entregues possuam a qualidade e excelência necessárias ao atendimento da necessidade da Administração, nos prazos previstos e com o mínimo de correções possíveis.

3.3.1 O fato de o serviço ser prestado por profissional especializado, não significa que se trata de serviço de maior complexidade em sua execução. Os serviços propostos para a presente contratação são padronizados, sem complexidade técnica e operacional, e o Memorial Descritivo indica objetivamente os critérios pelos quais devem ser executados os serviços, bem como os padrões de desempenho e qualidade para a execução dos serviços. Neste sentido, esclarece a [Nota Técnica 01/2024](#) do IBRAOP - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, *mutatis mutandis*:

A padronização significa a execução de vários objetos com alterações mínimas do projeto, quando necessárias. Porém, essa exigência de padronização não pode inviabilizar possíveis e necessárias adequações do “projeto padrão” ao local, como as relacionadas às características do solo para realização das fundações ou da topografia do terreno que possa demandar algum tipo de preparo não previsto no projeto padronizado (projeto básico).

Ademais, os serviços propostos - topografia e sondagem são contratados de forma rotineira pela Administração (para posteriormente contratar os projetos executivos, conforme o caso, ou mesmo executar obras já de praxe), a qual os servidores já detém expertise suficiente para fiscalizar a contratação. Bem como, os serviços propostos para contratação são amplamente realizados no mercado, pelo profissional atuante e habilitado na área. Não se trata de serviço restrito a um grupo específico de profissionais que possuam qualificação e alta especialização na área. Em regra, qualquer profissional com habilitação técnica pode realizar o serviço, e estes profissionais, com é cediço, estão em grande número no mercado local, regional e nacional.

Neste sentido, destacamos a lição de Marçal Justen Filho, que “*bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio*” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União entende que “*a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico*” (Acórdão nº 2.806/2014 - 1ª Câmara) (grifo nosso).

Nessa mesma linha de entendimento, ponderando o enquadramento no âmbito da Lei 14.133/2021, destacamos as orientações constantes na [Nota Técnica IBR 001/2021](#) do IBRAOP - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, *mutatis mutandis*:

4. Da definição de obras comuns de engenharia

As obras comuns de engenharia são, portanto, aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes).

Nas obras comuns, os padrões de desempenho e qualidade devem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado, assim como os serviços são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades

regulamentadoras. Nelas, a qualidade do trabalho é atestada por meio do confronto com normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas e, embora possa haver variações metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado desejado pela Administração.

O fato de a obra ou serviço de engenharia exigir projetos com cálculos e dimensionamentos não afasta a sua possível classificação como comum, pois todas exigem algum tipo de cálculo, mas desde que as soluções de engenharia, que condicionam a escolha dos métodos de projeto e de execução, sejam amplamente difundidos dentre os potenciais construtores ou prestadores de serviços de engenharia.

Assim, as obras comuns de engenharia seriam aquelas (i) com baixo grau de complexidade técnica, (ii) executadas corriqueiramente pela administração, (iii) que contam com especificações e métodos usuais no mercado, e para as quais (iv) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia (grifo nosso)

7. Importância dos Estudos Técnicos Preliminares:

Os estudos técnicos preliminares são documentos fundamentais para dar suporte a uma justificativa técnica para a classificação em obra comum ou obra especial e tais estudos devem estar de acordo com o comando da NLLC, no seu art. 6º, incisos XX, XII e XIII.

Entende-se que o momento da classificação da obra ou serviço de engenharia como comum ou especial deve ocorrer durante o planejamento da contratação, ocasião em que será juntada a adequada motivação, materializada nos estudos técnicos preliminares. (grifo nosso)

Em que pese em alguns momentos a referida Nota Técnica 001/2021 do IBRAOP se referir a obra comum, por analogia de conceituação, é possível alinhar o entendimento de que sob os mesmos aspectos/requisitos o serviço pode ser enquadrado como serviço comum de engenharia, quando estes possuem os padrões de desempenho e qualidade para a execução dos serviços objetivamente definíveis, e que sejam amplamente difundidos dentre os potenciais prestadores de serviços de engenharia.

Por sua vez, os serviços objeto da contratação, em que pese serem topografia e sondagem, pelos motivos já expostos, não se enquadram como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual em razão de necessitarem, para sua elaboração de mera observação de normas técnicas, métodos, protocolos e técnicas pré-estabelecidas, bem como o uso de softwares (por exemplo, com uso da modelagem BIM), não preponderando em sua execução a intelectualidade.

Conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por meio do Prejulgado 2490, a definição do serviço como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (ou não), ou como serviço comum de engenharia, e seus consectários legais de enquadramento do modo de disputa, é realizado no Estudo Técnico Preliminar, pela equipe de planejamento, ponderando as especificações do caso concreto:

1. Nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, não há vinculação tácita ao critério de técnica e preço. Cabe ao Estudo Técnico Preliminar detalhar e demonstrar, em cada caso concreto, que a avaliação e ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes aos fins pretendidos nas licitações, conforme estabelece o art. 36, § 1º, da Lei n. 14.133/2021;

2. **Os serviços que se enquadrarem na nomenclatura das alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei n. 14.133/2021 podem ou não ser considerados de natureza predominantemente intelectual.** Assim, a subsunção ao art. 37, § 2º, da Lei n. 14.133/2021 pode ou não ocorrer, não sendo automática a escolha pelo critério de técnica e preço. **A caracterização da natureza preponderantemente intelectual deve ser verificada no caso concreto, considerando a complexidade e o contexto de cada situação, e demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.** Essa verificação deve considerar, sobretudo, quando as entregas afetas à contratação têm seus parâmetros de qualidade definidos em normas técnicas daquele ramo de negócio, com produtos padronizados, para os quais não reste demonstrada possibilidade ou vantagem de atuação diversa daquela objetivamente definida no edital, sem margem ou variações técnicas significativas que indiquem benefícios para avaliação qualitativa das propostas. (TCE/SC, Plenário, Prejulgado n. 2490, Decisão n. 1722/2024, Processo n. 2400492179, Relator José Nei Alberton Ascari, Sessão 13/12/2024, Situação: Em vigor) (grifo nosso)

Nesse sentido, colacionamos o trecho do voto do relator Augusto Sherman no [Acórdão 2.831/2024](#) do Tribunal de Contas da União, qual utilizamos como fundamento para afastar o enquadramento do serviço da presente

contratação como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme exposição fática e fundamentos acima:

Avalio que a utilização da enumeração, no entanto, não deve conduzir à conclusão de que estes serviços arrolados deverão ser, automaticamente, enquadrados como "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual". Nem toda elaboração de projetos básico ou executivo (alínea 'a') ou controle de qualidade (alínea 'h'), por exemplo, podem, a meu ver, de fato ser considerada serviço especializado de natureza predominantemente intelectual.

Tal classificação não diz respeito a qualquer serviço que possua atributos intelectuais ou cujo profissional possua especialização.

*Considerando o posicionamento doutrinário majoritário de que se trata de rol exaustivo (assim como o rol do inciso III do art. 74 da Lei 14.133/2021), entendo que o inciso XVIII do art. 6º da multicitada Lei teve o condão de **restringir os serviços técnicos especializados passíveis de serem classificados como de natureza predominantemente intelectual** e não de estipular em caráter peremptório que os serviços listados, de per si, possuirão tal natureza. [2: A exemplo do que defende Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 976); Juliano Heinen (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, Ed. JusPodivm, 5ª ed., p. 628); Augusto Neves Dal Pozzo et al. (Lei de Licitações e Contratos administrativos comentada, Ed. Thomson Reuters Revista dos Tribunais, p. 61); Matheus Carvalho et al. (Nova Lei de Licitações Comentada, Ed. JusPodivm, p. 282) e Wanderley José Federighi (Lei de Licitações e Contratos Comentada, Ed. Quartier Latin, Volume II, p. 342).]*

De modo análogo ao que restou consignado no Relatório do [Acórdão 1092/2014-TCU-Plenário](#), o enquadramento de determinado serviço especializado como predominantemente intelectual ou não, para fins da definição do tipo de licitação a ser adotado, deve ser realizado não simplesmente em função do rótulo dado ao serviço, mas a partir de um exame fático das suas características e daquilo que o serviço efetivamente representa no caso concreto.

A natureza intelectual predominante é, consoante disposto no item 9.2.3 do emblemático [Acórdão 2471/2008-TCU-Plenário](#), "típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para sua execução satisfatória", não dizendo respeito a "tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos".(grifo nosso)

Embora tal precedente ([Acórdão 2471/2008-TCU-Plenário](#)) tenha sido prolatado considerando-se as regras licitatórias vigentes à época, referida consideração é plenamente aplicável ao atual contexto normativo, tendo em vista decorrer de conclusão relativa à natureza intrínseca dos objetos contratuais.

*No universo de contratações públicas, vislumbro que pouquíssimos casos poderão ser enquadrados como "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual". **Isto porque, além de se exigir diferenciada qualificação técnica por parte do prestador, tal classificação é restrita aos serviços técnicos especializados nos quais a intelectualidade prepondere,*** consoante já adiantado no Pronunciamento de subunidade de peça 28. (grifo nosso)

Praticamente toda prestação de serviços nas áreas de arquitetura e engenharia demandará elementos de intelectualidade, afinal são serviços privativos das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados (art. 6º, XXI), as quais requerem formações específicas em nível superior. Tais serviços, no entanto, não serão automaticamente enquadrados no inciso XVIII do caput do art. 6º, mas somente aqueles que não possam ser prestados segundo normas técnicas, métodos, protocolos e técnicas pré-estabelecidas, em que a arte e a racionalidade humanas sejam essenciais para sua execução satisfatória. (grifo nosso)

Além disso, não se pode desconsiderar o caráter evolutivo de muitos serviços de natureza intelectual que com o tempo tornaram-se padronizáveis ou até mesmo produtos de prateleira, com o avanço da tecnologia e dos métodos de trabalho de modo geral. Especialmente nos últimos anos, tal dinâmica parece estar sendo acelerada com a evolução da inteligência artificial (IA), inclusive ferramentas de IA para elaboração de projetos arquitetônicos, a qual - quer gostemos ou não - provavelmente irá gerar - ou já estaria gerando - reflexos na essencialidade da intelectualidade humana para diversos serviços contratados pelo Poder Público. Assim sendo, nesta atividade interpretativa que cabe a esta Casa, é forçoso reconhecer o caráter evolutivo do rol em epígrafe, sob pena de a atuação logística do Poder Público, ao fim e ao cabo, se desconectar da realidade fática da prestação destes serviços e, assim, permitir situações absurdas, como continuar enquadrando-se como predominantemente intelectuais serviços prestados de modo

automatizado.

No âmbito dos presentes autos, resgato percutiente ponderação do MP/TCU a respeito deste inciso XVIII do caput do art. 6º, da lavra do e. Subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado (peça 31, p. 2):

*"Ao se debruçar sobre tais dispositivos, de pronto nota-se que **não será de forma automática que os serviços ali listados [art. 6º, XVIII] serão classificados como 'serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual'**. Na alínea 'h' é possível observar que é necessário o enquadramento de um serviço de engenharia 'na definição deste inciso' para que este seja de fato considerado como 'serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual'.*

(...)

*Em meu entendimento, **não é possível aferir que a elaboração de qualquer estudo técnico, planejamento, projeto básico ou projeto executivo por uma empresa venha a exigir sua atuação de forma predominantemente intelectual**. Conforme assevero acima, é de conhecimento desta Corte a existência de inúmeros estudos e projetos com especificações e definições simples, sem que necessariamente tenha havido a atuação predominantemente intelectual de um especialista.*

*Assim, entendo, de forma similar ao delimitado pelo titular da segunda diretoria da AudContratações, que **é no caso concreto que se verifica a natureza predominantemente intelectual de um serviço técnico especializado, não cabendo a interpretação automática de que a elaboração de qualquer estudo técnico, planejamento, projeto básico ou projeto executivo deva ser assim classificada**"*

(...)

O enquadramento dos serviços técnicos especializados como de natureza predominantemente intelectual passa pela evidenciação, durante a fase preparatória do certame, da correspondente complexidade, significativo esforço intelectual, falta de normas técnicas, protocolos, métodos e técnicas para sua prestação e o contexto da prestação dos serviços, entre outros aspectos. À luz do princípio da motivação (Lei 14.133/2021, art. 5º), entendo que tal circunstância deve estar explicitada nos autos do procedimento licitatório.

(...)

*A propósito, cumpre salientar que a jurisprudência predominante desta Casa (a exemplo do [Acórdão 713/2019-TCU-Plenário](#)) considera que em geral são considerados comuns os **serviços de engenharia consultiva** com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado, afastando-se sua natureza intelectual predominante. Neste precedente, considerou-se inexistente a predominância do caráter intelectual na contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com valor estimado de R\$ 42.010.337,36.*

Ou seja, para que o serviço seja enquadrado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual deve haver a predominância, o esforço substancial do profissional técnico, qual somente é vislumbrado em técnicas inovadoras e novos métodos construtivos, que não é o caso da contratação, vez que se referem a topografia e sondagem com o uso de métodos já amplamente usuais no mercado, sobre os quais grande número de profissionais detém a capacidade para elaboração, vez que utilizam para a elaboração as normas técnicas, métodos, protocolos e técnicas pré-estabelecidas, aliados ao uso de softwares.

Ponderando o histórico de contratações, e o perfil das empresas contratadas (com diversas aptidões, atestados de capacidade técnica em elaboração de topografia e sondagem, ainda que similares entre si), resta claro que a avaliação da técnica no caso, de forma objetiva (pela capacidade, acervo, experiência, etc), não se caracteriza como elemento relevante para demonstrar que as intercorrências contratuais (descumprimento de prazos e correções) seriam evitadas.

Considerando que os serviços propostos são padronizados, o fator que influencia no resultado proposto pela Administração é a existência de equipe suficiente por parte dos contratados para atendimento da demanda (intimamente relacionado ao volume de trabalho - número de serviços a serem elaborados inclusive simultaneamente), razão pela qual é proposto neste Estudo para a contratação a adoção de padrões mínimos de desempenho e qualidade, diretamente relacionados a entregas no prazo e com o mínimo de correções.

Assim, os serviços propostos para a presente contratação são enquadrados como **serviços comuns de engenharia**.

3.4 Da modalidade licitatória

Conforme determina a Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a [alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei](#).

Pelo exposto no tópico 3.3 deste documento, a contratação prevê a topografia e sondagem com o uso de métodos já amplamente usuais no mercado, sobre os quais grande número de profissionais detém a capacidade para realizar o serviço, em decorrência da utilização das normas técnicas, métodos, protocolos e técnicas pré-estabelecidas, aliados ao uso de softwares já amplamente difundidos [por exemplo, o BIM - Building Information Modeling - BIM (Building Information Modeling, ou Modelagem na Informação da Construção)].

Importante destacar que o enquadramento da contratação como comum ou especial é de atribuição da equipe de planejamento, ao ponderar as condicionantes, especificações e forma de execução da contratação, ponderando com a prática de mercado, o nível de especialidade, de complexidade, bem como, se há grande número de profissionais aptos para a execução.

Sobre tais aspectos, já foram explanados no item 3.3 deste documento, nos quais resta claro que as especificações e forma de execução seguem o padrão de mercado, e são objetivamente definidas no Memorial Descritivo.

Assim, esta equipe de planejamento entende que a **modalidade licitatória adequada é o pregão eletrônico**.

3.5 Para fins de habilitação técnica, serão exigidos o percentual de 50% (cinquenta por cento) de comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, considerando que a solicitação do referido percentual permite que o profissional comprove que possui, a priori, equipe técnica suficiente para atendimento da demanda, prevenindo possíveis descumprimentos contratuais, bem como, que o referido percentual não gera limitação à participação em razão de que não há limitação temporal, mas tão somente de execução, privilegiando inclusive a experiência para a execução dos serviços.

A exigência de atestado de capacidade técnica permite que sejam firmados contratos somente prestadores de serviços que sejam detentores de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional e expertise suficiente para a execução do serviço, garantindo assim que os serviços sejam realizados com a qualidade e eficiência que se espera, para o pleno atendimento da necessidade da Administração. Como é sabido, a topografia e sondagem entregues impactam diretamente nas decisões das obras a serem executadas, bem como conferindo celeridade, eficiência e efetividade para as diversas ações da Administração, e por via de consequência, economia para o erário.

3.6 Da habilitação econômico-financeira, com comprovação por meio do patrimônio líquido e capital social.

Conforme determina o Art. 69, §4º da Lei 14.133/2021:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

(...)

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

3.6.1 Nos termos do referido dispositivo legal, a Administração possui a faculdade de estabelecer como critério de habilitação para fins de aferição da qualificação econômico-financeira da proponente, a apresentação de capital mínimo ou patrimônio líquido.

3.6.2 Veja que a redação legal possui a conjunção "OU" que indica uma alternativa, podendo a

Administração, de acordo com a discricionariedade que lhe confere a Lei e de acordo com a análise da melhor efetividade do processo licitatório, estabelecer que seja apresentado o capital mínimo, o patrimônio líquido ou ambos, de forma a comprovar a liquidez da empresa.

3.6.3 Em se compulsando a praxe dos processos licitatórios, se constata que a comprovação da habilitação econômico-financeira por meio de capital mínimo não se torna efetiva, em razão de que se baliza pelo capital social informado no Contrato Social da proponente, o qual, por força dos entendimentos jurisprudenciais, não é exigível sua integralização.

3.6.4 Desta forma, a Administração não possui a segurança jurídica de que o valor declarado inclusive está devidamente integralizado. Há casos em que o capital social é desde a criação da empresa, não sofrendo qualquer alteração no decorrer dos anos, sendo um valor, salvo melhor juízo, pro forma.

3.6.5 Assim, o capital social não pressupõe e não comprova de forma segura que a empresa possui a liquidez necessária para a execução contratual.

3.6.6 Em contrapartida, o patrimônio líquido, por sua característica, decorre da avaliação do balanço patrimonial considerando o ativo e o passivo, pois decorre da diferença entre os ativos e os passivos que uma empresa possui em determinado período. Assim, é possível saber qual é a situação financeira da proponente, a qual inclusive pode refletir no cumprimento das obrigações contratuais.

3.6.7 Assim, a equipe de planejamento indica que para fins de habilitação econômico-financeira será solicitado somente o patrimônio líquido, no percentual de 10% do valor a ser contratado, a ser apresentado caso a proponente não apresente os índices suscitados de liquidez.

3.7 Do critério de julgamento das propostas por MENOR PREÇO

O critério de julgamento adotado para a presente contratação é o MENOR PREÇO UNITÁRIO, na forma do Art. 6º, XLI da Lei 14.133/2021.

Por sua vez, com relação ao modo de disputa de "técnica e preço", previsto no Art. 37, §2º da Lei 14.133/2021, para a hipótese da presente contratação se enquadrar como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (a qual não se aplica, pelos fundamentos deste Estudo), citamos a manifestação do Ministro Benjamin Zymler em entrevista ao Portal *Sollicita*, cujo entendimento permanece vigente à luz do disposto na Instrução Normativa Seges/MGI 2/2023. Segue o teor da entrevista, qual ratificamos como fundamento para escolha da modalidade e critério de julgamento:

Há amplo espectro de evidências de que as licitações de 'técnica e preço' não produzem resultados satisfatórios em contratações da administração pública. Refiro-me ao processo consolidador do plano anual de fiscalização de obras do TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, o qual trouxe que, em um universo de 1.688 fiscalizações realizadas pelo TCU durante um período de 10 anos, foram constatados 1.158 achados com o título de 'Projeto básico deficiente, inexistente ou desatualizado', sendo esta uma das constatações mais frequentes do TCU em suas ações de controle externo envolvendo obras públicas.

*Há milhares de obras inacabadas por erros de projeto, conforme levantamento promovido pelo [Acórdão 1079/2019-TCU-Plenário](#), demonstrando que **licitações de técnica e preço não são eficazes para melhorar a qualidade dos serviços prestados.***

***Além do elevadíssimo custo administrativo para a promoção dos certames licitatórios de melhor técnica ou de técnica e preço, há de se enfatizar o caráter paralisante e burocrático das licitações de 'técnica e preço' ou 'melhor técnica', com diversos registros de certames que se alongam por mais de um ano para serem processados.** Quando comparadas com os custos e o tempo de processamento de um típico pregão eletrônico, as licitações de técnica e preço podem durar e custar dezenas de vezes mais.*

Os certames licitatórios de melhor técnica ou técnica e preço implicam também em elevados custos para o particular que deseja contratar com a administração, sendo onerado pelo custo de desenvolver suas propostas técnicas, o que pode resultar na diminuição do universo de potenciais licitantes.

Finalmente, há diversas observações do TCU associando o uso da licitação de técnica e preço ao direcionamento de certames licitatórios, à colusão de licitantes e à restrição ao caráter competitivo da licitação. Nesse sentido, cito como exemplo o [Acórdão 479/2015-TCU-Plenário](#) de minha relatoria.

(<https://portal.sollicita.com.br/Noticia/16582/contrata%C3%A7%C3%A3o-de-projetos-de-engenharia-por-preg%C3%A3o-eletr%C3%B4nico%3F>)

In. (TCU. [Acórdão 2.516/2024](#).)

3.8 Para a contratação, não se vislumbra necessidade de garantia contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021.

3.9 Para fins de medição e pagamento pelos serviços prestados, a equipe de planejamento entende como necessário com vistas a garantir que os serviços sejam devidamente entregues no prazo a inclusão de padrões mínimos de qualidade e desempenho, para os prazos de entrega e correções dos serviços, com sanções para o

contratado, com vistas a evitar sucessivas adequações e faltas de entregas nos prazos propostos, tal como ocorre atualmente nos contratos firmados, que por vezes são necessários várias correções, gerando retrabalho da equipe de fiscalização, bem como, com atrasos que impactam diretamente no planejamento da Administração.

3.10 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 A estimativa das quantidades para a presente contratação, foram determinadas, via de regra, com base na contratação anterior (Memorial Descritivo - 0013893509) e fornecidas por cada unidade da Administração Pública participante deste processo, conforme relação demonstrada no Item 1 do Documento de Formalização de Demanda - DFD, constante neste Processo SEI.

4.2 A quantidade total estimada está demonstrada na tabela abaixo:

4.3 Em razão da modalidade licitatória proposta, no caso o Sistema de Registro de Preços, a quantidade informada é meramente estimativa para demonstrar a demanda a ser atendida, não gerando compromisso de contratação pela Administração.

DENOMINAÇÃO	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	Total geral
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO	Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo	M2	2.402.000
SONDAGEM À PERCUSSÃO - TIPO SPT	Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo	Metro	21.650
SONDAGEM ROTATIVA	Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo	Metro	10.480
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO DE SEÇÕES TRANSVERSAIS	Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo	Metro	72.050

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 Para a presente contratação há três possibilidades de contratação:

a) **Atendimento da demanda pelo quadro de servidores:** As Secretarias e Autarquias não possuem quadro técnico de servidores suficientes para a realizarem o serviço de topografia e sondagem de forma que atenda, com a celeridade necessária, a crescente demanda das futuras obras pretendidas pela Administração. Por sua vez, o Banco de Projetos da Secretaria de Infraestrutura também não dispõe de condições para atender a demanda das Secretarias e Autarquias devido à igual falta de pessoal técnico e o acúmulo de serviços a ser realizado, o que acarretaria um extenso tempo de análise e elaboração a propositura do procedimento licitatório, causando prejuízo ao interesse público, diante da falta de equipamentos públicos adequados e suficientes para atendimento da demanda.

b) **Contrato de prestação de serviço por serviço com escopo determinado,** apesar de garantir o comprometimento do prestador a longo prazo, também limita o atendimento apenas aos fornecedores ganhadores. Na contratação por serviços por escopo, ainda, é exigido o bloqueio orçamentário e o quantitativo exato para a contratação, deixando a Administração descoberta em necessidades futuras, bem como demanda a propositura de diversos processos licitatórios, para cada obra a ser projetada, onerando o quadro de servidores.

c) **Contrato de prestação de serviço na modalidade de registro de preços** - vem sendo a prática desde município desde o ano de 2021. Consonante texto normativo da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Art. 124. O Sistema de Registro de Preços - SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º. O Sistema de Registro de Preços - SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, memorial descritivo, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

A contratação visa atender aos diversos órgãos da Administração direta e indireta, com vistas à prestação de serviços de topografia e sondagem, bem como levantamentos e estudos necessários para o pleno atendimento da necessidade de construção dos novos prédios, para atender a crescente demanda dos municípios, sendo realizado na forma de compra centralizada, bem como, há a necessidade frequente de contratações, nas quais não é possível se determinar de antemão o quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como, quando serão necessários.

Por sua vez, os produtos (topografia e sondagem) propostos possuem critérios, especificações e requisitos que são uniformemente aplicados a diversas contratações, bem como o mercado domina as técnicas de sua realização, razão pela qual não há complexidade técnica e operacional nos serviços a serem contratados. Essas condições são estabelecidas para garantir consistência, eficiência e conformidade com normas técnicas e regulatórias. Elas podem incluir aspectos como padrões de qualidade, critérios de desempenho, procedimentos de manutenção e garantias, os quais estão devidamente detalhados no Memorial Descritivo. No caso em específico, a elaboração dos documentos decorrem do atendimento de normas técnicas e boas práticas, bem como, os prestadores deverão seguir os padrões mínimos de qualidade propostos, com base em qualidade dos produtos entregues e atendimento dos prazos.

Assim sendo, podemos concluir que a contratação pelo Sistema de Registro de Preços, pois possibilitara a contratação dos serviços na medida em que forem necessários, ao longo da contratação. E por serem itens específicos e de demanda futura e eventual (conforme necessidade). Ainda, optou-se pelo SRP, pois apenas a imprescindibilidade e regularidade da necessidade a ser atendida não é o bastante para definir a natureza da contratação. Durante o Estudo Técnico Preliminar, pode ser observado que foram analisados diversos fatores: economicidade, necessidade, sazonalidade da demanda, prática do mercado, eficácia, entre outros.

Em se ponderando que no cenário de possível prorrogação das Atas de Registro de Preços, com a renovação do quantitativo, aliado à possibilidade de contratação por 12 meses, bem como, considerando que no caso de Atas de Registro de Preços os bloqueios serão de acordo com a necessidade, e análise do ordenador da despesa, a contratação pelo Sistema de Registro de Preços é a forma de contratação mais adequada para atender a necessidade da Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores finais estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo, serão discriminados no presente processo, após a conclusão da composição de custos.

6.2 Estima-se a contratação no valor de R\$ 17.308.523,00 (dezessete milhões, trezentos e oito mil quinhentos e vinte e três reais) com base, via de regra, no valor estimado nas Concorrências nº 735/2022 e nº 536/2021, e, na quantidade indicada pelas unidades da Administração Pública participantes.

6.3 O valor estimado da contratação foi determinado nos moldes do Art. 23, §2º da Lei 14.133/2021, e Art. 67 da Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada pelo Decreto n.º 64.109/2024 (0023987931). Para os custos que não sejam possíveis sua composição, foram obtidas fontes de preços nos moldes do Art. 67 da Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada pelo Decreto n.º 64.109/2024 (0023987931), preferencialmente por contratações já firmadas pela Administração Pública e painéis de preços. O valor proposto para pagamento dos serviços está compatível com o valor pago nas últimas contratações realizadas Concorrências nº 735/2022 e nº 536/2021.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Tendo em vista que em se tratando de serviço de engenharia, cuja demanda é regular, bem como, cuja interrupção pode causar prejuízos ao erário, optou-se pela forma de contratação por meio do sistema de registro de preços.

7.2 A contratação é a mais vantajosa para a Administração, pois permitirá que cada unidade requisitante solicite o quantitativo dos itens registrados que melhor lhe prouver, sendo usado apenas quando a Administração necessitar dos serviços, garantindo que o serviço adquirido seja somente o necessário naquele momento.

7.3 O registro de preços, por não possuir uma obrigatoriedade na aquisição, não exige o bloqueio orçamentário até a efetiva solicitação do item registrado, permitindo que as unidades requisitantes, quando for o caso, realoquem seus recursos, inclusive auxiliando em situações de urgência e emergência que podem alterar as prioridades orçamentárias.

7.4 O preço registrado garante uma maior economia ao erário, pois apesar da demanda existir constantemente, é sazonal, por exemplo, sendo necessário em casos de construção e ampliações.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 A contratação é dividida em itens, com o quantitativo determinado de acordo com a demanda de cada Secretaria ou Autarquia requisitante, de forma a garantir que os serviços possuam compatibilidade entre si. Assim, a prestação de serviço deve ser realizada pelo mesmo contratado, com vistas a evitar dissonâncias nas especificações e detalhamentos, bem como, inconsistências entre os serviços, causando retrabalho. Elencamos ainda as seguintes peculiaridades, pelas quais não é possível o parcelamento da contratação:

a) A execução da contratação pode ter variações de valores em casos específicos, devendo o prestador, nestes casos, ser compensado pela economia em escala;

b) A execução em conjunto trará significativa redução de preço para Administração e agilidade na execução;

c) Os serviços realizados devem ser compatíveis entre si, e elaborados de forma sequenciada, caso em que havendo parcelamento, poderá ocorrer a paralisação da execução enquanto pendente providência complementar.

d) Complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais;

e) O parcelamento do item e por item, inviabilizará a execução da contratação, prejudica o bom andamento dos trabalhos e o resultado final das topografias e sondagem;

8.2 Dessa forma, o "*parcelamento **por** item*" e o "*parcelamento **do** item*" é ineficaz para esta contratação.

8.3 A contratação poderá ocorrer em itens, com cada requisitante como gestora e ordenadora da despesa, observando a Portaria Conjunta que tratará sobre os assuntos relativos à gestão/alteração das Atas de Registros de Preços, inclusive solicitações de reequilíbrio, cancelamento, entre outras.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

9.2 Entretanto, é relevante aqui constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade já existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste estudo.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que o Memorial Descritivo determina quais serão as unidades fiscalizadoras, tais unidades estão munidas de equipe técnica com servidores experientes em fiscalização e que possuem amplo conhecimento acerca da contratação, podendo inclusive, entre si, solicitarem suporte.

10.2 As unidades participantes ao designar os membros para a fiscalização do contrato, as unidades participantes devem observar rigorosamente o princípio da segregação de funções. Isso garante que os integrantes responsáveis pela elaboração da fase preparatória do contrato não desempenhem funções na comissão de fiscalização, assegurando assim a integridade e a transparência do processo.

10.3 Os gestores e fiscalizadores serão nomeados em Portaria para a Comissão de Gestão e Fiscalização, que tratará em conjunto sobre todos os assuntos relativos à execução da contratação, inclusive solicitações de reequilíbrio, cancelamento, troca de marca, prorrogação, entre outras.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Em decorrência da presente contratação, há contratações correlatas, como a execução futura das obras planejadas a partir da topografia e sondagem. Essas contratações deverão ocorrer de forma articulada, com o objetivo de garantir a obras com a eficiência no uso dos recursos públicos.

11.2 Compete a unificação de compras, a contratação de forma unificada e centralizada para atendimento da necessidade dos demais órgãos da Administração, inclusive com vistas ao atendimento dos princípios da eficiência, planejamento e centralização das compras.

11.3 A contratação das Atas de Registros de Preços dos diversos consórcios aos quais o Município integra é possível nas hipóteses de adesão (caso não tenha manifestado interesse) ou participação para os serviços não previstos para a contratação.

11.4 Para os serviços da presente contratação, não há interesse da Administração em aderir às Atas de Registros de Preços dos Consórcios, pelos seguintes motivos sucintamente elencados:

- 1) Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- 2) Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras, regulamentos e procedimentos estabelecidos pelo Consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais, bem como conflitar com a prática administrativa.
- 3) Complexidade na gestão de contratos: A gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um Consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração.
- 4) Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros, bem como devem estar alinhadas às decisões tomadas pelo Consórcio, enquanto gestor da ARP. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos, principalmente em se tratando de compras unificadas, que atendem aos diversos órgãos da Administração.
- 5) Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos. Ademais, na condição de Consorciado e participante, não detém qualquer ingerência nas decisões tomadas pelo Consórcio no decorrer da gestão e execução contratual.

11.5 Somente será utilizada a contratação nos consórcios aos quais o Município de Joinville integra na ausência de processo de compras unificado por esta Administração ou em caso que, não logrando êxito na licitação, a contratação pelas Atas de Registro de Preço dos consórcios seja mais vantajosa para a Administração, em razão da tramitação e custos envolvidos, garantindo que não ocorra a duplicidade de contratações.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Para a contratação não há previsão de eventual impacto ambiental direto, para o qual devem ser adotadas as medidas mitigadoras previstas em legislação vigente, tais como a destinação final dos resíduos e a logística reversa. No entanto, os serviços de topografia e sondagem colaboraram para prever soluções que minimizem os impactos ambientais, como o uso de materiais sustentáveis e a adoção de práticas de construção de baixo impacto, sempre que possível.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

13.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

Risco 1: Possibilidade de ocorrência de licitação deserta/fracassada diante da ausência de interessados em prestar o serviço para a Administração.

Risco 2: Atraso na execução da topografia e sondagem

Risco 3: Inadequação da topografia e sondagem

13.1.1 - Identificação de Riscos - Probabilidade (P):

Risco 1 - Nível 1: Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.

Risco 2 - Nível 4: Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.

Risco 3 - Nível 3: Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.

13.1.2 - Análise de riscos - Impacto (I):

Risco 1 - Nível 5: Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

Risco 2 - Nível 3: Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.

Risco 3 - Nível 3: Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.

13.1.3 -Avaliação de riscos - Probabilidade (P) * Impacto (I):

Risco 1 - Os riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **médio**.

Risco 2 - Os riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **alto**.

Risco 3 - Os riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **alto**.

13.1.4 - Tratamento de riscos:

Risco 1 - Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar. **Medida:** A futura pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação dos preços dos produtos no mercado, com vistas a prevenir licitações desertas e/ou fracassadas.

Risco 2 - Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar. **Medida:** para mitigar esse risco, deverão ser estabelecidos cronogramas claros e penalidades contratuais para atraso.

Risco 3 - Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar. **Medida:** A solução será exigir qualificação técnica comprovada dos proponentes e realizar fiscalização técnica rigorosa durante a execução contratual e recebimento provisório e definitivo dos produtos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		Curto prazo
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		Mitigado
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução: "Contratação de empresa especializada em topografia e sondagem, por sistema de registro de preços." descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Cumprе destacar que a contratação trata de serviços de engenharia e arquitetura, cuja inexecução atinge direta e indiretamente o funcionamento adequado das instalações públicas, compromete o atendimento à população e pode causar dano grave ao erário público, diante da impossibilidade ampliações e construções de novos espaços públicos. O binômio adequação da contratação em relação ao atendimento da necessidade é intrínseco ao objeto da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Evelin Fernanda Vargas, Coordenador(a)**, em 13/06/2025, às 16:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 25/06/2025, às 14:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25794627** e o código CRC **FA4D776F**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.146696-3

25794627v3